



## NOTA CONJUNTA DAS ENTIDADES DE CLASSE DA POLÍCIA FEDERAL

As entidades de classe da Polícia Federal abaixo assinadas, as quais representam todos os policiais federais e servidores administrativos, estiveram reunidas nesta terça-feira, 05.09, para tratar sobre a reestruturação da Polícia Federal.

Como é de conhecimento, a Polícia Federal encaminhou, num ato histórico, tabela de reestruturação assinada por todas as entidades, conforme ofício de 15.02, a qual posteriormente o Ministério da Justiça enviou em 15 de junho a EMI nº 105/2023 MJSP MGI MPO, que se encontra no MGI.

Entretanto, não foi prevista no PLOA, encaminhado recentemente ao Congresso Nacional, a previsão orçamentária que suporte a referida proposta da Polícia Federal e referendada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Tal situação e a falta de uma manifestação concreta do Ministério da Gestão e Inovação tem gerado preocupação e insatisfação dos servidores da Polícia Federal, policiais e administrativos, ativos e inativos, e seus pensionistas.

As entidades reafirmam que a proposta é do próprio governo, com a concordância das entidades de classe e deve, portanto, ser efetivada, com a devida previsão orçamentária.

Como já é de conhecimento, os servidores da Polícia Federal estão com suas remunerações já defasadas em relação à inflação, perfazendo uma das categorias federais com o menor índice de recomposição ao longo da série histórica desde a implementação do subsídio (2006). Fazendo-se uma remissão a partir dessa data, verifica-se que há uma defasagem salarial expressiva, mesmo considerando-se o menor índice oficial de correção monetária.

É fato que já houve um percentual emergencial de recomposição de 9% e reconhecemos esta iniciativa. Não obstante, a desvalorização dos cargos policiais e administrativos continua sem precedentes. Ademais, importante frisar que tal recomposição recuperou basicamente o aumento da alíquota previdenciária em 5%, em razão da nefasta reforma da previdência (EC n.º 103/2019), o que gerou em verdade uma redução salarial para todos os policiais federais e servidores administrativos. Além disso, só nos últimos quatro anos, a defasagem salarial é de 27% e, ao longo da série após subsídio, de 51% (não contabilizado a recomposição de 9%).

Basta dizer ainda que atualmente os policiais federais, comparativamente a outras carreiras do sistema de justiça criminal, estão em posição de extrema desvantagem, os quais já possuem um valor agregado bem superior ao que atualmente recebemos. Não é diferente em relação às polícias civis, onde, em vários estados, os policiais federais têm uma remuneração menor.



E toda essa situação contradiz com o papel fundamental exercido pelos policiais federais e servidores administrativos, de norte a sul do Brasil, inclusive no combate aos crimes ambientais, aos crimes cibernéticos e na defesa do Estado Democrático de Direito. É importante sempre frisar que todos os recursos direcionados aos policiais federais e servidores administrativos são, em verdade, um verdadeiro investimento.

Conforme dados do próprio órgão, todos os anos a PF viabiliza aos cofres públicos cerca de 43 bilhões de reais em apreensões, restituições e em prejuízos evitados. Considerando o orçamento anual da PF, em torno de 8 bilhões de reais, podemos dizer que a cada real gasto com a Polícia Federal tem-se o retorno de 5,3 reais, fruto do trabalho dos policiais federais. Investir nos servidores da Polícia Federal é valorizar o maior patrimônio da instituição.

As entidades aguardarão a reunião já agendada para o dia 11 deste mês de setembro, ressaltando que é preciso que haja objetividade nas tratativas, já que a proposta do governo foi apresentada pelo Diretor-geral da Polícia Federal e pelo Ministro da Justiça, em histórico consenso.

O clima é de extrema apreensão por parte de todas as categorias, e as entidades não descartam quaisquer outras medidas mais contundentes, caso não seja cumprida a proposta em trâmite.

As entidades de classe abaixo assinadas reafirmam, portanto, o compromisso em defesa da Polícia Federal e do Estado Democrático de Direito, mas ressaltam a necessidade urgente de uma resposta do governo federal sobre as demandas apresentadas que visam, principalmente, fortalecer a própria instituição e reconhecer o papel fundamental que ela vem desempenhando pelo País.

**LUCIANO SOARES LEIRO**  
Presidente da ADPF

**WILLY HAUFFE NETO**  
Presidente da APCF

**MARCUS FIRME DOS REIS**  
Presidente da FENAPEF

**TANIA FERNANDA PRADO PEREIRA**  
Presidente da FENADEPOL

**JOÃO LUÍS RODRIGUES NUNES**  
Presidente do SINPECPF